

A “Cidade Global” Avança sobre a “Cidade Operária”: a recepção da Copa do Mundo em São Paulo¹

Mônica de Carvalho²
Clarissa Gagliardi³

“Na perspectiva das mudanças sociais que alcançaram a classe operária, convém observar os jovens filhos de operários. O que os jovens querem?”
(MARTINS, 2008)

Introdução

Partimos do princípio de que o entendimento da recepção da Copa de 2014 em São Paulo só terá seu significado aclarado quando inserida numa temporalidade de *longa duração*⁴. Pois, se é verdade que uma de suas características é sua excepcionalidade – não só por que ocorre no curto período de um

1 Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa realizada no âmbito do Observatório das Metrópoles-SP, coordenada nacionalmente pelo Observatório das Metrópoles-RJ, do IPPUR-UFRJ, sobre *Metropolização e os Megaeventos: o impacto da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016*, financiada pela FINEP. Agradecemos aos estudantes de iniciação científica, mestrands e doutorands que têm em muito contribuído com o desenvolvimento de temas correlatos e para a sistematização dos resultados, à parceria com o Instituto Ethos, com o qual mantivemos interlocução, ao Comitê Popular da Copa de São Paulo e à Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da SPCOPA, que nos atenderam sempre que solicitados, e, com especial atenção a Valter de Almeida Costa, que nos introduziu em Itaquera e em questões que têm sido objeto de discussão entre seus moradores.

2 Socióloga do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC.

3 Pesquisadora docente do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

4 “A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação *das tendências* de longo prazo e não planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas...” (grifo nosso) (Elias, [2002] 2006). Sem dúvida, a longa duração em Elias sugere o reencontro da sociologia com a história, negando a análise restrita ao *presente* atribuída à primeira. Seria redutor dizer que a longa duração se identifica ao planejamento de longo prazo. Mas a longa duração aqui cabe, pois que se pretende demonstrar que o evento e as obras de infraestrutura urbana a ele relacionadas encobrem, por meio da urgência do espetáculo, o que só se revela quando inseridos no tempo mais alargado da história da Zona Leste da cidade de São Paulo.

mês a cada quatro anos, em países sempre diferentes –, a preparação para recepcioná-la envolve um planejamento de longo prazo. Portanto, é possível constituir pelo menos três *momentos* diversos de compreensão do evento: o momento da produção da candidatura do país à condição de país-sede; o momento de preparação, quando, então, o país já foi escolhido; e, enfim, o momento de sua realização. Os três momentos constituem, no nosso entender, a totalidade para se compreender a recepção de um evento como a Copa, sem considerar a inserção na duração mais ampla desde quando o evento se constituiu mundialmente, o que, no entanto, extrapola em muito os objetivos não só deste artigo, mas da pesquisa que nos propusemos realizar.

Desde 2011, o objeto dessa pesquisa tem sido compreender especificamente o segundo momento, no intuito de identificar como diversos atores se constituem e se movimentam no sentido de tornar possível a Copa do Mundo no Brasil. Embora a pesquisa tenha se proposto nacionalmente, observando diferentes impactos nas cidades-sede, este artigo atém-se à cidade de São Paulo, delimitando-se em torno de um de seus aspectos: o planejamento urbano, entendido aqui não só como elemento essencial aos preparativos, porém, mais do que isso, alçado à centralidade da reflexão desde quando eventos esportivos passaram a compor um “receituário” – o chamado planejamento estratégico, já bastante analisado pela literatura específica⁵ – de cuja implantação depende a habilitação da cidade-sede à condição de concorrente, no mercado global das cidades, aos investimentos da nova economia globalizada.

Mas, se é o planejamento urbano que assume o proscênio, exatamente porque o momento analisado é o da preparação da cidade-sede para a copa de 2014, é preciso que também seja compreendida a sua especificidade de maneira a entender a peculiaridade da análise. Ao tomar como objeto o que se planeja produzir de infraestrutura urbana para garantir ao evento sua “*buena imagen*” (BORJA, 1994 apud CARVALHO, 2000, p. 76), tanto interna quanto internacionalmente, opta-se por evidenciar o que Lefebvre [1974] nomeou como o *espacio concebido* e que, segundo ele, é o espaço “dos especialistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas que decompõem e recompõem, de alguns artistas enamorados da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido” (2000, p. 48)⁶.

5 Cf. Harvey [1989] (2000); Sassen, [1994] (1998); Jameson [1998] (2006); Arantes, Vainer, Maricato [2000] (2000); Harvey [2001] (2005); Fix (2007); Ferreira (2007); Sánchez (2010); Arantes [2012] (2013), para citar apenas alguns. As datas entre colchetes indicam a primeira edição e as entre parênteses, a edição usada como referência. A primeira edição será indicada apenas na primeira vez em que a obra for citada, a partir daí usando-se, exclusivamente, a data da obra de referência.

6 “*Le représentations de l'espace, c'est-à-dire l'espace conçu, celui de savants, des planificateurs, des urbanistes, des technocrates 'découpeurs' et 'agenceurs', de certains artistes proches de la*

Estamos, portanto, no âmbito do *espaço da representação*, para o que novamente concorre o imaginário teleológico da cidade global (CARVALHO, 2000), como será possível demonstrar. E que, se não pode ser desconsiderado, pois que mediação relevante da ação concreta (LEFEBVRE, 2000), não deve ser entendida ainda como *espaço físico apropriado*, no dizer de Bourdieu [1991] (2013), pois que antes projeção imposta pela dinâmica específica de determinados atores que disputam o território da cidade. Portanto, há que se compreender exclusivamente como tendência aquilo que se planeja, porque apenas como forma visual e racional é que pode ser lida como coerente e homogênea, encobrindo as diferentes contradições que refreiam, contrapondo-se à sua efetiva concretização.

Assim como é possível traçar três momentos diversos para a compreensão do evento, pode-se também delinear três momentos agora metodológicos da exposição. Trata-se de, a partir da forma abstrata – a produção do espaço concebido –, retomar o tempo histórico para revelar o evento na sua produção – e desvendar seu atual estágio na sua contradição. Como a pesquisa ainda está em andamento, a ênfase recairá no primeiro momento, ainda que já seja possível anunciar, ao final, os momentos seguintes, sem contudo aclará-los ou aprofundá-los, o que será feito em artigos posteriores.

Ponto de rotação⁷

A concepção da copa do mundo é definida por meio de contrato assinado entre os governos do país-sede e a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) e se materializa na Matriz de Responsabilidade⁸ em que estão informadas as obras necessárias à recepção do evento, seus custos, origem dos investimentos e responsáveis pela sua execução. Desde 2009, quando as 12 cidades-sede foram escolhidas, incluindo São Paulo, a Matriz foi atualizada oito vezes não só para redefinir obras e estabelecer ajustes de custos previamente contratados, como para incluir ações que só se configuraram

scientificité, indentifiant le vécu et le perçu au conçu (...)” (Lefebvre, 2000, p. 48) (as autoras são responsáveis pela tradução).

7 “Uma significação sociológica mais especial da fixação no espaço pode ser designada pelo termo simbólico de ‘ponto de rotação’: a fixidez espacial de um objeto de interesse provoca determinadas formas de relação que se agrupam em torno dele. (...) É sempre lá onde o contato ou a junção de elementos de resto independentes só pode ocorrer em um local determinado, que a localidade fixada adquire significado como ponto de rotação de relações sociológicas. (...) Por toda parte, as cidades funcionam como pontos de rotação de transações para o seu entorno mais próximo e mais distante; isto é, cada uma faz com que se gerem em seu interior inúmeros pontos de rotação, permanentes ou variáveis, para ações de transação. As transações exigem tanto mais das cidades quanto mais intensas elas forem, revelando assim toda a diferença de sua vivacidade em relação à inquieta agitação nômade de grupos primitivos” (SIMMEL, [1903] 2013, p. 85-86).

8 Disponível em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. Acessado em março de 2014

mais tardiamente, como aquelas voltadas às telecomunicações, turismo e segurança⁹.

A primeira matriz, assinada em 2010, previa para São Paulo um total de investimentos no valor de R\$ 5.376,4 milhões, divididos entre obras de mobilidade urbana (construção do monotrilho Linha Ouro), a reforma do estádio do Morumbi (necessária à adequação aos padrões exigidos pela FIFA), a urbanização do seu entorno e obras de infraestrutura aeroportuária (reformas nos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e no porto de Santos).

No entanto, em 26 de abril de 2011, nova atualização da Matriz já dava conta da substituição do estádio do Morumbi, de propriedade do São Paulo Futebol Clube, para o estádio do Corinthians, ainda a ser construído no distrito de Itaquera, colocando fim a uma disputa política que envolveu não só os dirigentes dos respectivos clubes e a CBF como também as lideranças dos dois partidos políticos – PT e PSDB – que, nas últimas décadas, têm polarizado a disputa do poder na cidade e no estado de São Paulo¹⁰.

A opção pela construção do estádio do Corinthians elevou imediatamente os custos, compensada mais adiante pela substituição da obra do monotrilho pelas obras viárias no entorno do novo estádio, em Itaquera. Tomando por referência a última consolidação da Matriz, de 26 de setembro de 2013, os investimentos destinados a sediar a copa de 2014, em São Paulo, acabaram sofrendo uma pequena redução (13,4%), totalizando, atualmente, investimentos no valor de R\$ 4.655,33 milhões, incluídos os gastos com as ações voltadas ao turismo. Para além da discussão em torno dos investimentos, o que importa aqui é evidenciar o quanto a mudança da *posição* do estádio destinado a receber o evento redefiniu o seu significado para a dinâmica urbana de São Paulo, revelando o distrito de Itaquera como “*ponto de rotação*” de estratégias de *longa duração*, criando as possibilidades para torná-las, por meio daquela decisão, *espaço social reificado (ou espaço físico apropriado)* (BOURDIEU, 2013, p.133).

Mudança de posição

Segundo Bourdieu, o *espaço físico* está estreitamente relacionado ao *espaço social*, o que significa dizer que o primeiro só se define quando observadas as *posições* que agentes sociais e coisas – propriedades assim configuradas por meio da apropriação histórica do espaço físico por agentes sociais de-

9 Respectivamente matrizes de 30 de julho, 28 de setembro e 26 de dezembro de 2012.

10 Agradecemos a Claudio Gonçalves Couto (FGV-SP) pela consultoria prestada ao eixo de governança e pela produção de artigo a ser publicado em coletânea regional sobre as disputas políticas em torno da escolha do estádio e suas consequências. Aproveitamos, também, para agradecer à Dirce Koga (UNICSUL-SP) pela colaboração essencial na caracterização demográfica da Zona Leste. Artigo sobre esse tema também constará da coletânea regional (no prelo).

sigualmente posicionados no espaço social – ocupam uns em *relação* aos outros, estabelecendo-se, a partir daí, as distâncias e proximidades, hierarquias e distinções (BOURDIEU, 2013, p. 136). Assim, para compreender o *spacial turn* ocorrido em São Paulo, com vistas a sediar o jogo de abertura da Copa, é preciso ir além da mera *localização* (BOURDIEU, 2013, p. 133) e posicionar, uma em relação à outra, *contrapondo-as*, as histórias objetivadas (BOURDIEU, [1989] 2009, p. 83) dos distritos do Morumbi e de Itaquera, inserindo-as na totalidade mais ampla da história da cidade que as produziu.

Desde o final da década de 1970, a literatura especializada vem demonstrando que a expansão da fronteira urbana da cidade de São Paulo tem obedecido ao que se convencionou nomear de padrão de crescimento periférico (KOWARICK, 1979, 1988; ROLNIK, 1997), expressão que procurou qualificar a distribuição desigual de recursos, bens e serviços pelo território ocupado, configurando uma cidade que, apesar de sua complexidade, é marcada por um processo claro de segregação espacial. Assim é que o distrito de Itaquera faz parte da história da periferização da cidade de São Paulo, desencadeada, ainda no século XIX, com o seu processo de industrialização, enquanto o distrito do Morumbi se integra a uma história crescente de *gentrification* dos espaços urbanos, no mesmo período identificada à ocupação dos Campos Elíseos, deslocando-se, em seguida, para a região da Paulista, Jardins e, atualmente, às margens do Rio Pinheiros. Como diz Raquel Rolnik, enquanto a população operária foi relegada às várzeas inundadas e insalubres do rio Tamanduateí, à leste do centro histórico da cidade de São Paulo, a elite paulistana galgava, ao sul e a oeste, as suas planícies secas e ventiladas (2000, p. 3), anunciando, desde então, o que viria a se constituir o vetor Sudoeste da cidade de São Paulo que, por oposição à Zona Leste, mais do que demarcação geográfica, passou a simbolizar o *skyline* da “cidade global” em contraponto à “cidade operária” (ROLNIK, 2000; FIX, 2007; FERREIRA, 2007).

Figura I. Vetor Sudoeste versus Zona Leste

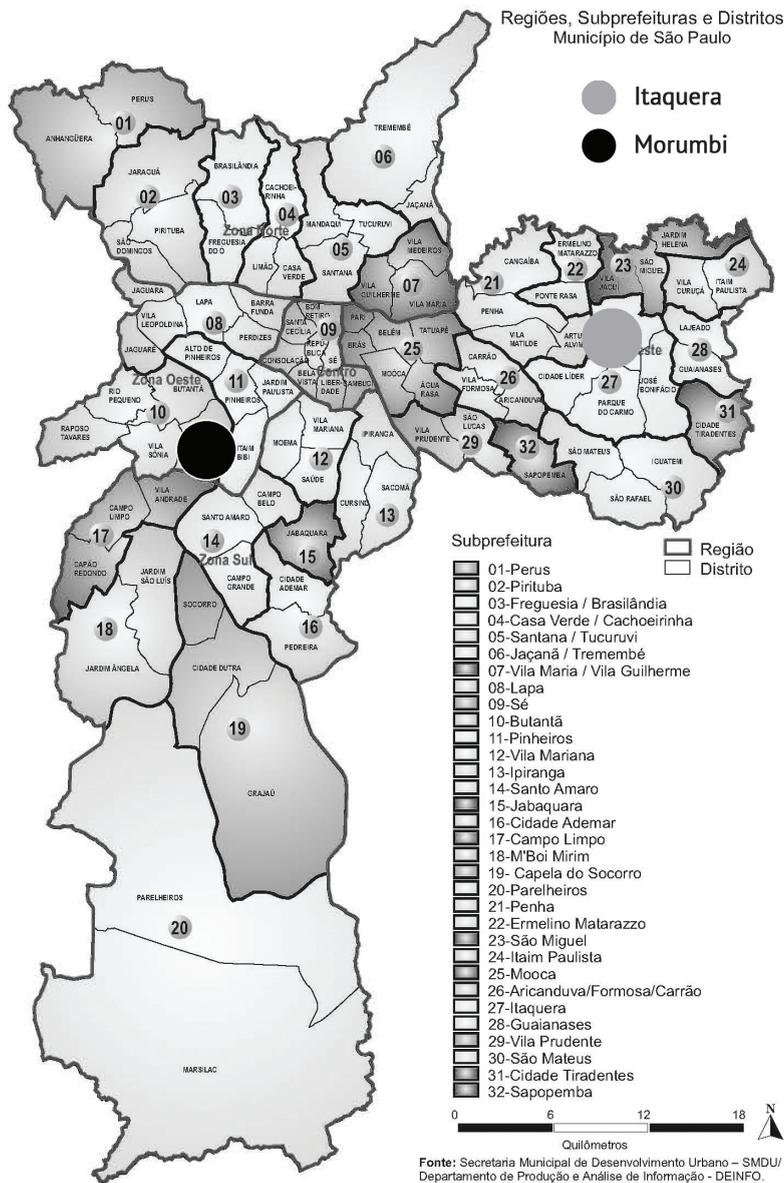
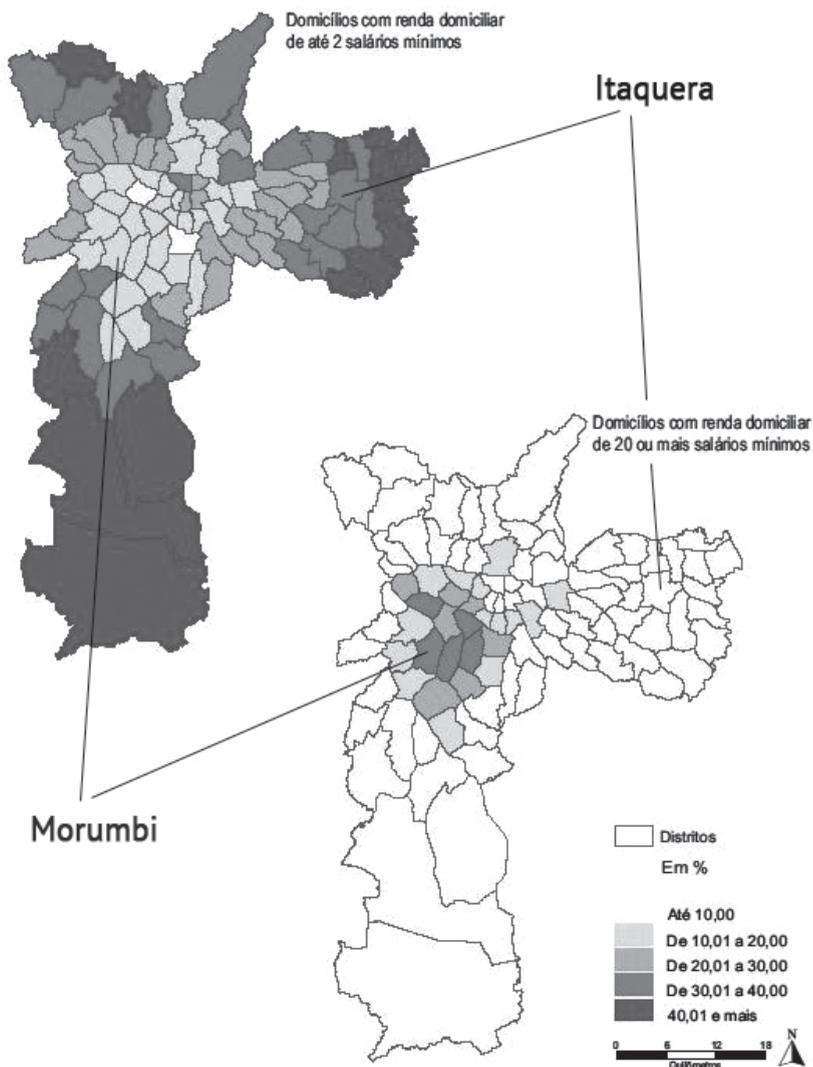


Figura II. Distribuição de renda (Censo 2010)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Projeção Estatística da Amostra.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro.
Nota: 1 - As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinada faixa de renda e o número total de domicílios permanentes. 2 - A distribuição domiciliar com até 2 salários mínimos inclui os domicílios sem rendimento.

A projeção no espaço físico da discrepante distribuição da renda auferida pelos moradores dos respectivos distritos indica a maneira desigual com que foram feitos os investimentos tanto públicos como privados na cidade de São Paulo, pois, como assinala Bourdieu, a posse de capital evidencia a maior ou menor capacidade de apropriação de bens materiais e simbólicos, públicos ou privados, dotados de raridade, reificados no espaço físico (2013, p. 137). A maior concentração de renda no espaço denota, portanto, a maior concentração de bens simbólicos e materiais reificados ao longo do tempo, enquanto a menor concentração de renda revela, inversamente, a sua precariedade.

Desta forma, o fato de que cerca de 30 a 40% dos moradores do distrito de Itaquera possuíam, em 2010, uma renda domiciliar de até dois salários mínimos expressa o que historicamente tem sido os investimentos públicos na região, alocados “basicamente no sistema viário e de transporte” destinados, quase que exclusivamente, a mover a população trabalhadora em direção ao centro da cidade – onde há maior oferta de empregos – conferindo à Zona Leste a condição de “cidade-dormitório” (ROLNIK e FRÚGOLI, 2001, p. 58). Por outro lado, a concentração, no distrito do Morumbi, de mais de 40% da população que possuem renda domiciliar de 20 ou mais salários mínimos confirma o que foi, sobretudo, a história da região na década de 1990, quando a prefeitura investiu maciçamente em infraestrutura urbana e ambiente construído com o objetivo de abrigar o setor terciário avançado da economia global (MARICATO, 2000, p. 158; FIX, 2007).

Ora, a escolha do distrito de Itaquera para receber os investimentos públicos destinados a recepcionar os eventos da copa de 2014 rompeu a tendência histórica de investimentos observada até então na cidade de São Paulo e parecia atender não só à reivindicação histórica da população por desenvolvimento econômico, em especial por geração de empregos, como ia ao encontro dos estudos críticos que evidenciavam até o momento o estado de exclusão social da Zona Leste. Pela primeira vez, a Zona Leste parecia deixar de ser “quintal” da centralidade paulistana para se tornar, ela, o centro do espetáculo.

A produção do consenso

A produção do consenso – elemento essencial para legitimar a mobilização de recursos para sediar eventos como a Copa de 2014 – está, sobretudo, articulada à ideia, praticamente naturalizada, de que, por meio da recepção de “megaeventos”, é possível promover o desenvolvimento econômico da cidade, atraindo empregos e divisas – por meio do turismo, principalmente, – e dando visibilidade à cidade-sede, essencial para atrair o capital internacional volátil e sem pátria (HARVEY, 2005; ARANTES, 2000; VAINER, 2000). A

necessidade do desenvolvimento econômico, por sua vez, se fortalece mediante a premissa da crise fiscal das cidades, decorrente da migração das plantas industriais das metrópoles – que em torno delas se constituíram – para outros territórios mais competitivos (SASSEN, [1994] 1998). A cidade de Detroit é, atualmente, o exemplo mais evidente deste “ciclo”.

No caso de São Paulo, já houve oportunidade de demonstrar que o “receituário” do planejamento estratégico foi apropriado sem que necessariamente estivesse vinculado a um processo de desindustrialização mas, antes, a uma forma de legitimar práticas já conhecidas e instituídas na cidade (CARVALHO, 2000). Além disso, no que diz respeito exclusivamente à Zona Leste, quando a hipótese da desindustrialização estava no centro do debate, ela não se verificava para a região. Ao contrário, mantinha-se a industrialização ainda que de perfil diverso (ROLNIK, 2000).

Por conseguinte, sem desconsiderar a crise fiscal da cidade de São Paulo, realidade concreta para a qual seria necessário estudo detalhado com vistas a identificar suas causas particulares, importante é analisar em sua especificidade como se configura e qualifica, na Zona Leste, a questão do desenvolvimento econômico. Como estamos no âmbito do *espaço concebido*, o principal ator que emerge é a municipalidade de São Paulo, pois os investimentos públicos é que são objetos do contrato assinado entre os entes federados e a FIFA, com vistas à realização do evento.

Desde quando tem sido instada a pronunciar-se sobre o que está sendo planejado para a região, três são os aspectos mobilizados pelo poder público e pela imprensa. Em primeiro lugar, e o que está no centro da justificativa das ações a serem empreendidas, está a possibilidade de que o desenvolvimento econômico, associado ao “megaevento”, seja deslocado para a Zona Leste e não para os alvos tradicionais, preferenciais e históricos da atenção pública. Desta forma, o *spacial turn*, próprio da recepção do evento em São Paulo, é elemento relevante na produção do consenso e só ocorre em função da história própria da região, como demonstrado. O estádio, neste contexto, se configura como “vetor” essencial desse desenvolvimento.

Em segundo lugar, cria a possibilidade de reduzir o movimento pendular, levando para a Zona Leste, mais especificamente para o distrito de Itaquera, os empregos que, diariamente, são buscados no centro da cidade. De fato, segundo o censo de 2010, a Zona Leste é a sua região mais populosa, com 35% dos seus moradores, embora abrigue apenas 16% dos empregos disponíveis.

Figura III. A hora e a vez da Zona Leste



Fonte: SPCOPA, PMSP, 2013.

Figura IV. Movimento pendular



Fonte: SPCOPA, PMSP, 2013.

Em terceiro lugar, o “megaevento” é a oportunidade para colocar em prática a realização do Polo de Desenvolvimento Tecnológico de Itaquera, já previsto no Plano Diretor Estratégico da Cidade, aprovado, em 2002, com ampla participação popular. Em parceria com o governo do Estado, trata-se da implantação, ao redor do estádio do Corinthians, com obras em andamento, de uma escola e uma faculdade técnicas (ETEC e FATEC), de um parque tecnológico, de uma unidade do Sesi e outra do Senai, constituindo o que a PMSP tem nomeado de Polo Institucional Itaquera.

Figura V. O Polo Institucional Itaquera



Fonte: SPCOPA, PMSP, 2013¹¹.

Por fim, há ainda de se considerar que a guinada para a Zona Leste reduziu os custos iniciais previstos, e as obras viárias que estão sendo empreendidas ao redor do estádio não estão lançando mão das leis excepcionais passíveis de serem mobilizadas quando se trata de obras que trazem a marca “Copa”, como são as leis de regime de contratação diferenciado. Ao contrário, estão obedecendo à legislação corrente.

Portanto, o consenso em torno do “megaevento” está sendo produzido em virtude de uma equação que particulariza a recepção da Copa do Mundo em São Paulo: ao mesmo tempo que o “megaevento” aparece como

11 Os slides nos foram gentilmente cedidos pela assessoria de imprensa da SPCOPA, a quem aproveitamos para agradecer a demais informações prestadas.

responsável por promover o desenvolvimento econômico na Zona Leste, o faz sob um conjunto de ações que, conforme os mesmos elementos integrantes do consenso, já estavam planejados para a região. Dessa forma, a equação parece contraditória, pois ou bem o “megaevento” é o grande responsável pelo desenvolvimento econômico da região, ou, ao contrário, não cumpre qualquer função, já que se trata de colocar em prática o que já estava previsto. Neste caso, então, por que a ênfase no “megaevento”?

A hipótese que se mostrou acertada é que o foco fechado no “megaevento” encobre o que sob sua luz já se desenhava, não agora, mas muito antes de a cidade de São Paulo ter sido escolhida para sediar a copa. O *spacial turn* em direção à Zona Leste foi o movimento que revelou a submissão do evento ao planejamento urbano de *longa duração*, estruturado, embora não planejado, porque não é passível de ser atribuído a uma única causa ou grupo social, mas decorrente de um processo tendencial na reconfiguração urbana da cidade de São Paulo, e alimentado, como será possível demonstrar, pelo imaginário da “cidade global”¹².

Por isso é que temos evitado o uso irrefletido do termo “megaevento”, e que é tanto utilizado pelos seus apologistas como por seus críticos. Um bom começo para se pensar criticamente o significado de mediação que eventos esportivos passam a cumprir na reconfiguração urbana das metrópoles é desconfiar do uso abusivo da hipérbole¹³. Ao contrário, assumi-la talvez seja o primeiro passo para atribuir toda causalidade e força ao que se pretende negar, caindo na mesma armadilha que a luz intensa sobre o evento cria: a de obscurecer mudanças que se encontram à sombra e que a visibilidade cega da pretensa grandiosidade do evento – para o bem ou para o mal – impede ver.

Espaço de fluxos

Mas, além de reduzir a ênfase sobre o evento esportivo, que, ao que tudo indica, desvia a atenção do que de fato está acontecendo na Zona Leste, trata-se também de qualificar o que se entende por desenvolvimento econômico. E quando esta ideia – que está na origem de todas as justificativas constituintes da recepção da Copa do Mundo em São Paulo – começa a ser problematizada é que emerge a disputa em torno da apropriação do am-

12 Neste momento da pesquisa trata-se de apresentar a tendência do processo de longa duração, mas sem deixar de reconhecer a necessidade de, num segundo momento, desenhar as diferentes figurações que o estruturam, definindo os grupos sociais que disputam entre si o seu sentido. Já ao final deste artigo será possível anunciar minimamente a figuração central, sem condições, entretanto, de desenvolvê-la.

13 Inspiração advém da Arantes (2011) quando analisa o que nomeia de “formas urbanas extremas” de Pequim, na China. No nosso entender, a hipérbole pode ser obra do espetáculo; a crítica deve evitá-la.

biente construído não só de Itaquera, mas de toda a Zona Leste. Ali onde parecia haver consensos, configuram-se conflitos, que, no entanto, também não estão onde são mais evidentes e visíveis – contra ou a favor da recepção do “megaevento”, por exemplo –, pois, embora também calcados na própria história da zona leste, se encontram à sombra,

Conforme a Matriz de Responsabilidade, a maior parte dos investimentos necessários à recepção da Copa destina-se às obras de mobilidade urbana. E, no que se refere aos governos locais, realizam-se quase que exclusivamente em obras de infraestrutura viária¹⁴. Assim é que, em maio de 2011, a prefeitura e o governo do estado de São Paulo assinaram convênio a fim de definir as responsabilidades respectivas sobre as obras viárias em torno do estádio de Itaquera. No entanto, embora o documento tenha sido produzido para responder às exigências de acesso ao estádio – e por esse motivo está, inclusive, postado no site oficial do SPCOPA –, logo em sua apresentação informava que o convênio tinha por objetivo “viabilizar a execução de obras previstas no plano de desenvolvimento da Zona Leste do município de São Paulo”¹⁵.

Como obras de acesso passam a ser relevantes para o desenvolvimento econômico da região, só se compreende quando articuladas à operação urbana consorciada Rio Verde Jacu (OUCJP), o que também é mencionado no documento: definida no “Plano Diretor Estratégico do Município, prevê a renovação urbana da região estruturada pelo eixo do complexo viário da av. Jacu-Pêssego” (proc. SPDR-186q11, p. 4)¹⁶ e que, segundo a lei que a instituiu (lei nº 13.872/04), concede benefícios fiscais às empresas que tenham interesse em se instalar em toda a sua extensão.

O motivo pelo qual a Avenida Jacu-Pêssego tem sido alvo de ações de intervenção urbana promovidas pela municipalidade, sempre em convênio com o governo do Estado, é o fato não só de possuir papel estrutural na organização dos fluxos internos à Zona Leste, mas também porque, por meio dela, é possível atingir, na direção norte, o aeroporto de Guarulhos, e ao sul, o porto de Santos e a região do ABC, aspectos igualmente mencionados no

14 Consideramos mobilidade os investimentos feitos em aeroportos e portos, além de obras de mobilidade urbanas propriamente ditas. Sendo assim, 14.891,92 bi ou 58,24% são os investimentos destinados à mobilidade em todo o país e, em São Paulo, totalizam R\$ 3.810,10 bi (81%).

15 Proc. SPDR-186/11. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/transparencia/index.php?p=164830>. Acessado em março de 2014

16 As operações urbanas consorciadas se transformaram em importantes instrumentos de gestão urbanística desde a sua incorporação pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), embora datem de muito antes (FERREIRA e MARICATO, 2002, p. 15). Grosso modo, definem-se pela concessão de incentivos à iniciativa privada para que atuem em determinada área delimitada pelo poder público e carente de infraestrutura urbana. Esses incentivos tendem a flexibilizar a regulamentação do uso do solo, com venda de certificados de potencial construtivo, os chamados CEPACs, em troca de contrapartidas também definidas em legislação específica.

documento. É, portanto, uma avenida extremamente importante para interligação da cidade de São Paulo à região metropolitana.

Assim, as obras viárias, que a princípio pareciam exclusivamente destinadas aos torcedores que se dirigiram ao estádio, se integram a um complexo viário de extrema relevância para o fluxo dos negócios a serem incentivados por meio da operação urbana consorciada, reafirmando o que temos dito: que os investimentos voltados à recepção da Copa se submetem, antes, ao planejamento de *longa duração* direcionado à Zona Leste. Chamamos atenção para o fato de que a lei que instituiu a Operação Urbana Rio Verde Jacu é de 2004.

Figura VI. Área de abrangência da OU Rio Verde Jacu



Fonte: PMSP Estádio do Corinthians

Mais recentemente, a Lei da OUCJP foi complementada pela Lei nº 15.931/2013¹⁷ que, para nossa análise, é bastante significativa, não só porque reforça o papel estrutural da av. Jacu-Pêssego, mas também porque, ao definir o tipo de setor econômico que será beneficiado pelos incentivos fiscais, termina por qualificar o que se tem *concebido* como desenvolvimento econômico para a Zona Leste. A Lei estabelece que serão beneficiadas – com isenção total do IPTU e desconto de até 60% de ISS sobre serviços prestados, por um período de 20 anos, além de possível isenção do ITBI-IV e do ISS sobre a construção civil – empresas exclusivamente do *setor de serviços*, sobretudo ligados à informática, educação¹⁸, ensino e treinamento, hospedagem, *call center (telemarketing)*. A Lei também estabelece, em seu art. 1º, que o objetivo é atrair empresas que façam uso intensivo de mão de obra, de forma a garantir o maior número de geração de empregos na região.

17 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/financas/legislacao/index.php?p=14205>. Acessado em março de 2014

18 Trata-se de curso de idioma, conforme pesquisa realizada.

Sem dúvida que a ação reforça a tônica da redução do movimento pendular, quase um mantra, tratando-se da Zona Leste, mas salta aos olhos a relação entre um setor que, se muito emprega, também é aquele que exige menos qualificação e tem o contingente de profissionais mais desorganizados, em termos trabalhistas. E é este setor, o setor de serviços, que está sendo estimulado a produzir o desenvolvimento econômico da Zona Leste, em substituição àquele que tradicionalmente tem ocupado o seu território, o setor industrial.

Também é flagrante o caráter de suporte comum a todos os serviços mencionados, ou seja, nenhum deles sugere atividades-fim, mas são, antes, atividades-meio. A questão é tentar identificar a que atividades-fim esses serviços incentivados poderiam estar concedendo suporte. Pois o que, sem dúvida, estrutura o *espaço concebido* da Zona Leste em torno do setor de serviços é a premissa da desindustrialização presente no imaginário que funda a “cidade global”. Ou seja, diante da desindustrialização e sua decorrente crise fiscal, trata-se de atrair investimentos da nova economia globalizada que se desenvolve, sobretudo, em torno do terciário avançado. E, neste caso, a visibilidade que a região vai obter, quando da recepção da Copa de 2014, é essencial para configurá-la território avançado da “cidade global” paulistana, configurando a Zona Leste *espaço de fluxos* (CASTELLS, [1996] 2008, p. 467) bem estruturado aos negócios da economia globalizada. Não por acaso a primeira área delimitada a receber incentivos fiscais de instalação (do total de nove áreas) avizinha-se ao Polo Institucional Itaquera, ou seja, exatamente ao lado do estádio do Corinthians, sobre os quais estarão todos os holofotes no dia 12 de junho de 2014.

O *spacial turn* promovido em direção à Zona Leste fica, então, plenamente esclarecido. Se há algum significado que possa ser dado ao prefixo “mega” atribuído ao evento esportivo é que, por meio dele, será possível dar visibilidade a esta área que, esta sim, passará por uma mega operação, pois que está sendo concebida – *espaço concebido* – por um planejamento de *longa duração* que visa a constituí-la *ponto de rotação* de um *espaço de fluxos* para a economia global. O *espaço concebido* pelo poder público está induzindo a reconversão econômica da Zona Leste.

Da “periferia” ao centro

Os espaços são também *espaços percebidos*, ou seja, no dizer de Lefebvre, sobre o espaço são produzidas representações simbólicas decorrentes das relações sociais que, em conflito e ao longo da história, o produziram.

Assim é que a maneira como se expandiu a malha urbana em São Paulo produziu uma percepção do espaço que se consubstanciou na forma “centro-periferia”. A Zona Leste, portanto, como o próprio nome sugere, não

possuía autonomia, mas se designava em função da centralidade não só geográfica mas socioeconômica, característica dos bairros centrais. Uma zona que fica ao leste do centro.

Do mesmo modo, a forma “centro-periferia” alimentou o espaço percebido dos estudos urbanos, bastando ver que também a noção de “periferia” extrapolava a designação geográfica para expor a qualidade de vida precária dos que ficaram relegados a subir o planalto para oferecer seus serviços.

O que este artigo procurou demonstrar é que o processo de redirecionamento do desenvolvimento econômico em direção à Zona Leste, tendo por ocasião a Copa de 2014, vem contribuindo, ainda que seja no âmbito exclusivo do *espaço concebido*, para redefinir o lugar que a Zona Leste ocupa na percepção do espaço da cidade. Não só porque passou a figurar no noticiário diário, uma vez centralidade na recepção da Copa de 2014, mas porque também a população que, durante anos, só foi notícia por causa da precariedade do seu modo de vida, agora vê disputado o sentido do lugar em que mora.

É bem verdade que os mesmos estudos pautados pela orientação do *espaço percebido* “centro-periferia” poderiam nos levar a concluir pelos resultados perversos, sobejamente conhecidos, decorrentes de toda intervenção urbana em situação social em que a terra é mercadoria, que a valorização imobiliária e dos serviços de entorno como consequências inevitáveis produz a expulsão da população não agora – haja vista as desapropriações decorrentes das obras da Copa em São Paulo serem mínimas –, mas daqui a 10, 20 anos, quando o plano para a Zona Leste tiver efetivamente se concretizado. Será?

Como ainda estamos no âmbito do *espaço concebido*, é preciso dizer que este é um plano em disputa. O sentido que o desenvolvimento econômico assumirá na Zona Leste depende da forma como esse sentido for construído e que, se tem, de um lado, o poder público mediado pelo imaginário da cidade global, há, de outro, os filhos e netos dos antigos operários, que hoje disputam território na Zona Leste, para lá verem instalado mais um *campus* universitário¹⁹. Portanto, se é possível que a Jacu-Pêssego estruture um espaço de fluxos que liga o centro da Zona Leste (Itaquera) a Guarulhos, Santos e ao ABC, resta saber se servirá exclusivamente ao trânsito de negócios e mercadorias ou também àqueles que, desejando se apropriar do desenvolvimento em sua região, superam sua tradição operária frequentando os cursos do “arco universitário” em formação na região.

19 Desde o final a década de 1980, a população da Zona Leste tem reivindicado a instalação de universidades na região. Desde então foram para lá a USP Leste e agora está sendo cogitada a instalação de um campus da UNIFESP, para o que a PMSP já concedeu terreno. Vale lembrar que no perímetro analisado por este artigo há também outros campi universitários como a UNIFESP em Guarulhos e em Santos e a Universidade Federal do ABC, em Santo André.

Desconfiamos, pelo movimento organizado recentemente em torno da reivindicação por mais um campus da UNIFESP na Zona Leste, que o sentido do desenvolvimento econômico na região ainda não está dado. E aqueles que ali vivem sinalizam claramente: nossos pais foram operários com orgulho, mas nossos filhos, se obrigados a transformar a Zona Leste operária em memória, não o farão alternando-se no trabalho precário dos *telemarketings*, mas tornando-se advogados nos bancos das universidades. É simbolicamente curioso que o curso que reivindiquem para o novo *campus* seja o de direito. Também foram juristas os que ganharam a autonomia da cidade (WEBER, [1922] 1996).

Um longo e instigante caminho de disputa pela frente.

Referências bibliográficas

ARANTES, O. (2011) *Chai-Na*. São Paulo, Edusp.

ARANTES, O. B. F. (2013) *Berlim Barcelona*: duas imagens estratégicas. São Paulo, Annablume.

ARANTES, O.; Vainer, C.; Maricato, E. (2000) *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ, Vozes.

BOURDIEU, P. (2009) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2013) “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado”. *Revista Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144.

CASTELLS, M. (2008) “O espaço de fluxos”. In *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra. v. I.

CARVALHO, M. de “Cidade global: anotações críticas sobre um conceito”. *São Paulo em Perspectiva (on-line)*, São Paulo, v. 14, n. 4, Oct. 2000. pp. 70-82.

ELIAS, N. (2006) *Escritos e Ensaios. 1. Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

FERREIRA, J. S. W. (2007) *O mito da cidade-global*: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis, RJ, Vozes; São Paulo, SP, Editora Unesp; Salvador, BA, Anpur.

FERREIRA, J. S. W.; MARICATO, E. (2002) “Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?”. In: OSÓRIO, L. M. (org.) *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre, RGS, Sergio Antonio Fabris.

FIX, M. (2007) *São Paulo Cidade Global*: fundamentos financeiros para uma miragem. São Paulo, Boitempo.

HARVEY, D. (2000) *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola.

- HARVEY, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- JAMESON, F. (2006) *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KOWARICK, L. (1979) *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KOWARICK, L. (1988) (org.) *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (2000) *La production de l'espace*. Paris, Ed. Anthropos.
- MARICATO, E. "As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias". In ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- MARTINS, J. S. (2008) *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo, Editora 34.
- ROLNIK, R. (1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, Fapesp/Studio Nobel.
- ___ (2000) *Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição*. Relatório Final de Pesquisa, São Paulo, Fapesp.
- ___; FRÚGOLI JR., H. (2001) "Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a zona leste como território de rupturas e permanências". *Cadernos Metrópole*, São Paulo, Educ, nº 6, 2º sem.
- SÁNCHEZ, F. (2010) *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, SC, Argos.
- SASSEN, S. (1998) *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.
- SIMMEL, G. (2013) "Sociologia do espaço". *Revista Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 75-112.
- WEBER, M. (1996) "La dominación no legítima (tipología de las ciudades)". In *Economía e Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica.